

**ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DE  
MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO  
DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS  
14H30MIN, NO AUDITÓRIO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO  
AMBIENTAL, PRESIDIDA PELO SR.  
RASCA RODRIGUES E  
SECRETARIADA PELO SR. PAULO  
CASTELLA, SECRETÁRIO  
EXECUTIVO.**

O Sr. Rasca Rodrigues:- Boa tarde a todos e a todas. Já temos quorum para dar início e, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos. Gostaria de dizer que não temos feito reuniões e até mesmo extraordinárias é pela falta de pauta. E acreditamos que a partir do momento que se crie essa nova dinâmica de grupos, com essas definições de discussões nos diversos assuntos, a gente tenha a possibilidade de ter mais assuntos. Porque como essa questão ambiental é extremamente dinâmica e cada dia que passa surgem novas discussões, novas demandas, novas tarefas técnicas. Para se ter uma idéia em 1994, quando deixamos o governo, a pauta era 67 demandas de tipologias que nós atuávamos naquele momento. E hoje são 278 e cada mês aumentando mais, com um quadro reduzido em mais de 50%, e, portanto, temos técnicos trabalhando em diversas áreas em razão dessa situação. O que não é boa, mas, por outro lado, também agrega conteúdo porque a questão ambiental não se resume apenas ao verde da floresta ou o azul da água.

Vamos dar início e passo a palavra ao Engenheiro Castella – Secretário Executivo. E o segundo ponto de pauta é a aprovação da Ata da 68ª Reunião Ordinária do Conselho. Quero fazer um esclarecimento e dizer que a transcrição das Atas é de acordo com a fala de cada Conselheiro, não tem mais a síntese do que era discutido, em razão das discussões que estavam sendo motivadas por alguns Conselheiros até na recondução: falei; não falei; não foi bem isso que eu falei. Agora temos uma equipe contratada para que isso seja escrito tudo o que for verbalizado. E a outra notícia é que tínhamos um "desaparecimento" de umas reuniões do passado em relação ao que foi filmado. Encontramos essa documentação, hoje, com três cópias, portanto, não vamos ter mais o risco de ter isso perdido e estamos contratando uma empresa para fazer a transcrição dessas reuniões, 9 reuniões. E graças a um trabalho metucioso da Rosana elas foram recuperadas, encontradas e com 3 cópias para que não corra mais esse risco.

Coloco em discussão a Ata da reunião anterior – 68ª. Não tendo nada a acrescentar à Ata da reunião anterior passo à Ordem do Dia. Novamente obrigada pela presença e com a palavra o Castella.

O Sr. Paulo Castella:- O próximo item de pauta seria apresentação e discussão da proposta de alteração da composição, competências e Regimento Interno do CEMA. Isso é uma Comissão Especial criada pela resolução 56 de 2006, de dezembro de 2006. Em que discutimos durante o mês de fevereiro, março e abril e em maio foi apresentada uma proposta de alteração. Essa proposta foi colocada para vocês e essa é a proposta que estamos discutindo e fazemos a discussão dela. O Relator tinha ficado o Tourinho.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Na realidade essa Câmara se reuniu diversas vezes e muitas dessas vezes em que nos reunimos o representante do IAP e da SEMA não compareceu nas reuniões. E não temos nenhum relatório, nenhum tipo de documento para apresentar, hoje, porque a princípio não fomos nem consultados se isso existia ou não. O que aconteceu foi que fizemos uma proposta e até isso ocorreu na metade do semestre passado, onde estava Eu, o Hassan, a Zuleika e de uma reunião você participou, e foi feita uma proposta para o Governo do Estado com relação à composição que nós tínhamos feito. E para que fizéssemos relatório ficou faltando uma resposta disso para nós e não tivemos essa resposta se o governador aceitava ou não a nossa proposta para que a gente desse continuidade aos nossos trabalhos. Então não tem nenhum relatório para ser apresentado hoje. Até trouxe o material, aqui, que fizemos no grupo para apresentar e que, na realidade, não tem nada a ver com o que está sendo proposto aqui. Foram feitas algumas mudanças pelo CEMA, então, acho que tem que pôr em discussão para ver. Tenho a proposta que a Câmara Temática fez que é diferente do que está sendo proposto, aqui, e foi enviado para todos os Conselheiros.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Acho que o Tourinho tem razão. Porque quando conversei com o Castella a respeito do que foi tratado aqui, era de tratar do Regimento Interno, desde que o Regimento Interno não tenha dependência do Decreto aonde se propõe alterar o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Porque essa demanda levei ao Governador e ele colocou essa discussão para o início do ano que vem. Vamos discutir isso ano que vem, vamos terminar o ano assim até porque não tem, agora, como caracterizar as urgências necessárias em relação a isso. Então o que eu tinha pedido que se fizesse, que se colocasse em discussão era o Regimento Interno, não as alterações de composição. Porque as alterações de composição ainda estão nessa fase – se o Governador homologa ou não. Já levei essa demanda ao Governador e ele remeteu isso para o ano que vem. Então era de discutir o Regimento Interno que possibilitasse, minimamente, nós constituirmos essa nova maneira de nós discutirmos as questões do Conselho. Até tinha apelidado ele de "conaminha", de trabalhar em cima do "conaminha". A Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o Conselho Estadual do Meio

Ambiente consultou o "conaminha", mais ou menos naquela metodologia, e trabalhar em cima disso. Aonde aquilo não conflitasse com alteração que fosse necessário o decreto, que nós deveríamos, então, fazer a discussão. Agora, se conflita, e aí o Castella está me dizendo que conflita. Aí fica difícil abrir uma discussão sobre esse assunto. E não está explicitado, aqui, onde é que conflita.

O Sr. Paulo Castella:- O Decreto Estadual que institui a composição trata em seus Artigos 7º, 8º e 9º, lá no final, da questão da composição das Câmaras Técnicas e como vai funcionar, isso junto com o Regimento Interno. Então teria que mudar também o Regimento, o Decreto naqueles artigos em que constitui as Câmaras Técnicas. O Decreto tem uma fala da constituição das Câmaras Técnicas.

O Sr. Rasca Rodrigues:- O Decreto fala no Inciso VII do Artigo 2º que a constituição será por Câmaras Técnicas e Câmaras Temáticas. Então não impede em nada a discussão do Regimento.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Sr. Secretário, não sei se foi só comigo que aconteceu, mas essa proposta de Decreto que veio para mim estão faltando os Artigos 4º, 5º e 6º.

O Sr. Paulo Castella:- Só esclarecendo, foram deletados. Esse é um texto básico do decreto, então esses artigos foram retirados para não conflitar com a proposta de Regimento Interno e o resto devem ser construídos, as principais alterações que aparecem aqui. As principais alterações estão em vermelho e o Regimento Interno ficaria ao lado.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Faço uma proposta de retirada desse item. Tem condição de ser avaliado aqui paralelamente, tem como submeter o regimento, que é por resolução, ato do Secretário, a Resolução regulamenta como procederíamos em relação a isso. Então se estiver ao meu alcance, na qualidade de Secretário e Presidente do Conselho, através dessa Resolução, se o que está colocado aqui é pertinente do ponto de vista regimental do próprio Presidente e se está de acordo com aquilo que foi discutido. Acho que são essas duas questões, porque não está destacado aqui no texto, com exceção de um hachuramento, em relação às discussões que foram feitas. É uma Resolução extremamente extensa, onde vocês buscaram basicamente no Conselho Nacional, a forma do Conama trabalhar esta questão. Retorno ao Conselheiro Tourinho.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Com relação ao Regimento Interno é o regimento que nós propusemos, ou seja, a Câmara Técnica propôs, é o mesmo Regimento Interno. Não tem uma mudança nesse regimento, a não ser nesse hachurado, não sei exatamente qual o propósito de discussão desse hachurado, mas o documento é o mesmo que a Câmara Técnica havia discutido, proposto entre nós para apresentar aqui neste Conselho.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Este é o entendimento que tive desde o início, que estava dentro da competência do Secretário, até como Presidente do Conselho Estadual. Então se houver concordância em relação a esta discussão, a esta proposta apresentada, você tem condições de relatar esse regimento?

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Na realidade discutimos isso aqui já há um bom tempo e ficamos na espera da questão da composição do Cema. O que fizemos aqui foi propor um Regimento Interno aproximadamente ao que tem o Conama, melhorando as Câmaras Técnicas, melhorando a questão dos grupos de trabalho e proporcionando aqui a participação de mais pessoas, de mais membros do Conselho nessas Câmaras Técnicas e grupo de trabalho. Condições de relatar o trabalho aqui não sei se teria, porque não me propus a isso para essa reunião. Eu vim aqui justamente para dizer que isso aqui tinha que ser transferido para outra reunião, porque não foi contemplado a nossa proposta. Quando for contemplada toda a proposta daí, sim, podemos fazer o relatório, como tínhamos proposto na nossa Comissão, eu, o Hassan e o representante da Fetaep, e apresentar para todos os membros do Conselho.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Em discussão. (Pausa).

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Sr. Presidente, nessa proposta de regimento a parte hachurada no Artigo 11, pelo menos na minha via, este Artigo 11 está completamente truncado e mais ainda pela parte hachurada. Faltou uma parte da redação, não sei o que aconteceu.

Já numa tentativa de colaborar com o aperfeiçoamento da proposta, vou mais adiante, lá no Artigo 61, no Parágrafo 1º, diz o seguinte: “A matéria, objeto de pedido de vista, deverá ser restituída, acompanhada de parecer escrito no prazo de trinta dias, o qual poderá ser prorrogado por mais quinze dias”. Minha sugestão é: “vírgula, se solicitado”. Se não for solicitado, pára nos trinta dias. Já no Artigo 69, Parágrafo 3º, diz o seguinte: “Todas as deliberações do Cema deverão estar disponíveis em sua íntegra em seu site eletrônico na rede mundial de computadores”, eu acrescentaria: “até quinze dias da reunião que promoveu a decisão”.

O Sr. Tom Grando (Liga Ambiental):- Sr. Presidente, Questão de Ordem. (Assentimento). Houve uma sugestão do Conselheiro Tourinho que diante da situação que se apresentou e que a proposta da Câmara Temática, que chama de Comissão Especial neste caso, se tivesse sido contemplada pela Secretaria Executiva que essa discussão do regimento fosse transferida. Isso foi sugerido e agora estamos na discussão do regimento. Não entendi se foi rejeitada a sugestão do Conselheiro Tourinho e passamos por cima dela e passamos a discutir o regimento, é isso?

O Sr. Rasca Rodrigues:- Temos uma proposta de encaminhamento em relação a uma posição que na verdade não é uma posição da não discussão do regimento, mas ele está vinculando a discussão desse regimento à deliberação do Conselho Estadual do

Meio Ambiente. O que havia perguntado ao Engenheiro Tourinho se esta resolução conflita com as alterações. A resolução não conflita com as alterações, não conflita. Então é uma posição política da FAEP de não se discutir a resolução, mesmo não conflitando, colocando como pré-condição para fazer essa discussão que se dê uma posição sobre a alteração do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Em relação à alteração do Conselho Estadual do Meio Ambiente fui bem claro: levei a demanda ao Governador e ele disse que não queria discutir, este ano, esta questão, que ela seja discutida ano que vem. Essa é a posição do Governo em relação a isso. Quero saber se o Conselheiro mantém esta posição. Porque caso os demais optem, por este caminho, continuaremos sem as alterações e continuaremos sem o Regimento atualizado, sem o Regimento discutido. Se essa vinculação persistir vamos ter que deliberar em relação a isso. Acho e vou depois, se for mantido, foi encaminhar no sentido de que a gente faça a discussão do Regimento já que não tem nenhuma relação com as alterações que se pretendem fazer, inclusive as alterações elas aumentam – em muito, a possibilidade de trazermos instituições que têm perfil inclusive técnico e que podem auxiliar, em muito, nas discussões que as Câmaras Temáticas e os Grupos de trabalho poderão fazer no futuro e é importante a posição da Secretaria de achar pertinentes as alterações. Tanto é que isso foi levado ao Governador com esta posição. Então não é uma posição nossa de ser contrário a essas alterações, pelo contrário, acho que nós não encontramos no Governador essa decisão de imediato e voltarmos a discutir isso em janeiro.

Então consulto ao Conselheiro Tourinho se ele mantém esta posição, se mantém esta posição de fazer essa vinculação, porque vamos colocar para deliberação.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Eu mantenho a minha posição, Rasca, pelo seguinte: porque foi incumbido à Câmara Técnica de fazer um trabalho de alteração de composição do CEMA e das suas atribuições. Se vamos discutir, aqui, um Regimento Interno que vai reestruturar o CEMA, vamos estar tratando de um Regimento Interno que depois, futuramente, vamos mexer no CEMA de novo. Concordo que ele não vincula, aqui, em nenhum de seus artigos a composição do CEMA. Mas ele vincula a outras coisas, como: tratamento das Câmaras Temáticas. Se não tivermos a composição do CEMA para trabalhar em cima disso prefiro trabalhar, mexer com as duas coisas ano que vem, na próxima reunião do ano que vem para tratar da composição e do Regimento Interno.

O Sr. Tom Grando (Liga Ambiental):- Sr. Presidente, só para esclarecer e reforçar um pouco o que o Conselheiro Tourinho está dizendo. Mais do que uma sugestão dele, isso foi uma deliberação de uma das reuniões da Câmara Temática ou da Comissão Especial, como queiram, inclusive manuscreevi algumas das atas dessa reunião que devem estar em poder da Secretaria Executiva, onde se entendeu – porque a discussão de Regimento é algo que, naturalmente, poderia ser subsequente à nova

composição. Porque nada melhor do que ter a composição feita para que todos os Conselheiros pudessem discutir o Regimento. Então essa foi uma deliberação da Câmara Temática que a gente gostaria de ver acatada, mas, independente disso, gostaria de dirigir uma pergunta à Mesa – ao Presidente e também ao Secretário Executivo. Porque a Ordem do Dia é expressa no atentar para a discussão e apresentação de propostas de alteração da composição e competência. Isso foi um erro da Secretaria Executiva? Porque se existia já uma determinação política do Governador para que não se discutisse isso este ano, me causa surpresa de que isso conste como uma pauta expressa aqui.

O Sr. Paulo Castella:- Não tem erro. É questão de apresentação e discussão daquelas propostas de alteração, certo? É uma questão de apresentação do jeito que foi apresentado e essa discussão. Das alterações de composição, de competência e Regimento Interno. É isso que está dentro daquela resolução que cria e esses são os termos.

O Sr. Tom Grando (Liga Ambiental):- Então a quem foi incumbida a apresentação da proposta de alteração de composição e competência desta reunião?

O Sr. Rasca Rodrigues:- Acho que o Tom Grando não prestou atenção na introdução: foi retirado esse item de pauta. Por sugestão desta Presidência foi retirado esse item...

O Sr. Tom Grando (Liga Ambiental):- Foi votado isso, Presidente? Isso foi votado pelo Plenário?

O Sr. Rasca Rodrigues:- A retirada de pauta?

O Sr. Tom Grando (Liga Ambiental):- Ou isso é uma prerrogativa da Presidência pelo Regimento?

O Sr. Rasca Rodrigues:- Para que não precise ler o regimento, então vou apresentar uma proposta – já que a quem compete a pauta da reunião é o Presidente do Conselho, a ele compete o estabelecimento da pauta avaliando a demanda dos demais Conselheiros, e essa proposta é a proposta do Governo e o Governo pediu que fosse retirado de pauta. Coloco, então, em votação, se os Conselheiros concordam – dentro da justificativa já apresentada pelo Governo de que esta questão não será alterada agora, já que a decisão final é do Governador e fui ouvi-lo para fazer relação a isso. Então os Conselheiros que aprovam que este assunto seja retirado de pauta e para que não se discuta algo que não será apreciado pelo Governo, permaneçam como estão e os que concordam em fazer a discussão agora se manifestem.

Temos 2 votos contrário e um com declaração de voto.

O Sr. Tom Grando (Liga Ambiental):- Vou solicitar, neste momento, Presidente, a cópia da fita da Reunião que está sendo gravada e vou me retirar e pedir para que o

suplente da Liga Ambiental se apresenta à Mesa e agradecendo a oportunidade de discutir este assunto. Obrigado.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Com a palavra a Conselheira Laura.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Votei, aqui, pela retirada desse assunto uma vez que não está aprofundada essa discussão. Então essa é a compreensão que a gente têm. Inclusive o Movimento Ambiental não tem hoje, agora, uma posição clara para discutir isso. Foi em função disso que eu, até, nem votei contra, prefiro me abster. Queria declarar abstenção porque não temos uma posição fechada e como não está aprofundado, acho que o mais correto é se abster.

Agora queria colocar o seguinte: acho a não podemos deixar solto. Temos que definir quando vai começar a discutir. Se temos grande problema no funcionamento do CEMA e se nós queremos fortalecer o Sisnama precisamos, realmente, pôr em prática o fortalecimento do Sisnama. Então essa discussão de reestruturação do CEMA deve ter como perspectiva o mecanismo de fortalecer o Sisnama no Estado do Paraná e fazer isso o quanto antes.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Esse foi o registro da Conselheira Laura. Então tivemos 2 votos contrários e uma abstenção. Quero comentar sobre a retirada da Liga Ambiental da reunião. Acho que o encaminhamento foi bem claro: o desejo de se alterar foi aceito pelo Governo, foi dada a oportunidade de fazer a discussão, a Câmara Técnica se reuniu e apresentou uma proposta. Dessa proposta fizemos algumas sugestões em relação a isso, concordando na alteração do Conselho, no sentido de ampliar a participação de todos os três setores e isto ficou claro, aqui: com concordância nossa. A decisão final, até porque é um ato que depende do Governador, é do Governador. E o Governador solicitou, portanto, que esta discussão fosse feita só ano que vem. Então existe uma deliberação do Governo e acho que daí há que se haver a compreensão, as ONG's neste processo são fundamentais na construção das políticas públicas no Estado, mas são neste processo uma parte da sociedade que está representada neste Conselho. E não é um comportamento como esse que vai fazer com que haja por parte do Governo medidas passionais nas decisões da política pública do Estado. Parece-me que é um comportamento muito infantilizado peculiar das crianças, que quando contestadas preferem fugir, se esconder a travar o debate, travar o embate aberto e franco. Muitas vezes por ser adulto se esconde atrás de processos judiciais.

A Sra. Laís Bacilla (IFAS):- Gostaria de comentar algumas coisas.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Por votação, por maioria absoluta, esse assunto foi retirado de pauta. Próximo assunto em pauta é o Regimento Interno. Este é o assunto que está em pauta. Gostaria de saber se o Conselheiro Tourinho mantém seu encaminhamento no sentido de não fazer essa discussão agora e de vincular. Se mantiver, vou encaminhar a votação.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- Mantenho minha proposta de adiar a votação, a discussão desse Regimento Interno junto com a discussão da composição do Cema.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Então é uma proposta de encaminhamento.

A Sra. Laura de Jesus Costa (Cedeia):- Queria voltar a insistir na questão da composição do Cema. Concordo em retirar, mas já definindo que na próxima reunião do Cema vão discutir essas duas questões. Na primeira reunião do ano que vem, porque não pode ficar solta.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Isso está entendido. Votamos aqui se iríamos considerar ou não, Conselheira Laura. Votamos se essa questão está retirada de pauta ou não. Ela está retirada de pauta, você fez uma sugestão que fosse abordada, isso está amarrado, a próxima reunião do Conselho será para fazer essa discussão. A sua proposta é dos dois?

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Composição e regimento, uma vez que uma coisa está atrelada à outra.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Quero esclarecer aos Conselheiros que o regimento que está sendo proposto aqui não tem nenhum atrelamento com as alterações. Ele pode funcionar tranquilamente com a atual composição, tecnicamente com a atual composição. Não conflita. Agora se os Conselheiros, e vamos encaminhar isso, achar por bem não fazer essa discussão agora e fazer mais à frente, simplesmente não teremos um regimento atualizado, temos diversas Câmaras Temáticas em andamento que estarão com seu trabalho prejudicado em relação a isso, porque aqui a gente cria a possibilidade, com prazo definido, com prazo que deve ser cumprido em cada etapa, são quatro Câmaras Técnicas fixas, com a assessoria jurídica, com a universidade. Então temos condições de fazermos os encaminhamentos em relação a essas discussões de forma mais ordenada. Acho, pessoalmente, um prejuízo, por isso que consulto novamente, se estiver mantido está mantido. Então vamos colocar isso em votação. Nossa proposta, em virtude da (anuidade) construída no Regimento Interno e que não há por parte do Conselheiro nenhum reparo em relação a ele, proponho, então, como propomos um encaminhamento também, mantenhamos essa discussão do Regimento Interno já, porque temos mais uma reunião este ano ainda, que já possamos ter isso aprovado, cumprindo uma boa parte da Câmara Técnica e ficássemos depois debruçados para tratar das alterações do Conselho. Então a Proposta I é que não se faça a discussão agora, a Proposta II é que se faça a discussão agora do Regimento Interno. Os Conselheiros que votam na Proposta I que se manifestem. (Pausa). Quatro votos. Os Conselheiros que votam na Proposta II, que é para se fazer a discussão agora, que se manifestem. (Pausa). Cinco votos. Os Conselheiros que se abstém. (Pausa). Três votos. Vamos refazer a votação, porque temos treze Conselheiros com direito a voto. Se for doze não temos quórum.



A Sra. Rosane Vicente Gnipper (S.O.S Bicho):- Uma questão de esclarecimento, Sr. Presidente. Fico indecisa para fazer a votação, porque gostaria que definíssemos uma data para a próxima reunião. Quando será a próxima reunião? Dado que este ano a primeira reunião deste Conselho basicamente aconteceu no segundo semestre. Se definirmos que vai acontecer já em fevereiro, por exemplo, então posso ter condições de fazer o voto para um ou para outro. Mas se deixarmos aberta a data, fica mais complicado. Meu voto depende de já marcarmos a primeira data para 2008 de reunião do Cema.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Segunda quinzena de fevereiro. Então refazendo a votação. Os Conselheiros que votam na Proposta I, que é para não discutir o Regimento Interno agora, que se manifestem. (Pausa). Sete votos. Os Conselheiros que votam na Proposta II, que é para se fazer a discussão agora, que se manifestem. (Pausa). Cinco votos. Os Conselheiros que se abstém. (Pausa). Um voto. Então não vamos discutir agora, ficando para a segunda quinzena de fevereiro. É uma pena!

Próximo item de pauta: Discussão e aprovação de Moção de Apoio ao Projeto “Proposta de adequação ambiental das propriedades que margeiam o Rio Iguazu em Capanema”, de acordo com o ofício do município de Capanema. É uma situação extremamente complicada lá do Município de Capanema e há uma grande dificuldade, principalmente por ser uma região onde os pequenos agricultores são em grande número de se restabelecer a reserva legal das suas propriedades. E como existe lá uma riqueza em belezas naturais, parques, está se colocando aqui uma proposta para que criemos uma experiência que, criando um roteiro chamado Doce do Iguassu, aproveitando aí os Conselhos Municipais do Turismo dos municípios, no sentido de que faça - nesse uso turístico das propriedades lindeiras, em consonância com a legislação ambiental. O que eles estão querendo fazer com isso: abrir uma discussão para este aproveitamento dentro dos limites da legislação ambiental, mas que possam contemplar outras coisas que não sejam o que está, hoje, quase que obrigado, mas não numa linha da conservação, mas que possa incluir turismo nessa discussão. O que eles estão querendo: que a gente faça uma moção de apoio para que eles possam abrir essa discussão nos fóruns que estão instituídos. Se não me falha a memória, Castella, se você puder complementar para encaminhar.

O Sr. Paulo Castella:- Exatamente, depois abro a palavra para você Laís. Esse projeto já vem sendo apresentado há muitos anos, desde 2001, que ele já vem tentando efetivar um projeto de readequação a pedido do próprio Ministério Público na restauração das matas ciliares e também sempre em consonância com o entorno do Parque Nacional do Iguazu nas propostas de recuperação de áreas degradadas, na proposta de turismo sustentável. Então a prefeitura em parceria com algumas

associações de produtores estão pedindo este apoio do próprio Conselho para que possa estar facilitando, até, a própria captação de recursos para outras entidades afins também.

Então, nós da Secretaria de Meio Ambiente recebemos um processo em que uma cópia, um resumo foi passado para vocês em que há um parecer técnico do IAP, certo, dizendo que tem interesse que quer colaborar com o Programa Mata Ciliar dentro do processo. Tem um parecer do próprio "turismólogo", que trabalha aqui o Evandro Pinheiro, em que também coloca um parecer técnico favorável ao projeto considerando toda a questão ambiental. Então o próprio IAP sugere que se integre junto ao Programa Mata Ciliar. E o Evandro sugere, também, que se efetive essa cooperação junto com o município de Capanema e alguns produtores que estão nessa empreitada.

Então temos aqui os pareceres favoráveis tanto do IAP, como da Secretaria em relação ao próprio projeto. Então quando encaminhamos a vocês já foi com os pareceres do IAP e da SEMA.

A Sra. Laís Bacilla (IFAS):- Tenho uma certa experiência em escrever projetos e quando li, embora tenha lido só um resumo, fiz várias perguntas aqui que para mim não estão claras no projeto.

Primeiro se trata de um projeto que já está acontecendo ou já aconteceu. Portanto não entendi porque que Capanema não entrou no Programa da Mata Ciliar. Se entrou, quais são os resultados? Por que não foi plantada onde devia ter sido plantado? Isso não teria custo nenhum e obviamente já aconteceu.

Aqui falam de 3 milhões e pouco de mudas. Foram plantadas? Eu não sei! E quais são o resultado dessas 3 milhões: quantas vingaram e quantas não vingaram. Isso está tudo muito aéreo pra mim. Fazer Moção de Apoio, para mim, significa saber exatamente quem são os atores envolvidos no projeto. Não fala, não sei quem são! São só agricultores? A questão da educação ambiental é uma questão que envolve toda comunidade não está contemplado aí. Fala de um TAC, esse TAC nesse inventário foi feito um inventário de fauna/fora? Não sei! Algumas espécies florestais, por exemplo, a gente sabe que alguns passarinhos eles mesmos são propagadores das espécies. Então, não entendi!

Estou levantando algumas coisas que, no meu entender, por não estar claro no projeto fica difícil. Existem minas d'água ou olhos d'água dentro dessas áreas. Se são próximas de rios certamente, sim. Elas estão sendo envolvidas nesse programa? Porque aqui não diz. Existe uma legislação federal que protege olhos d'água, inclusive muito mais de 30 metros. Não fala nada aqui também. Da onde saíram os recursos financeiros? Aqui fala que a Ecoparaná ela está envolvida de que forma? Também não diz. É uma Ong? Não entendi isso aqui. Então, como Conselheira, acho difícil falar de Moção de Apoio quando, na verdade, não chega claro e preciso o que é este projeto. E o projeto tem começo, meio e fim; tem atores e tem parceiros e isso não está escrito aqui.

Como trabalho com projetos ligados a mudanças climáticas, um projeto desse é passível de ser um projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo. Apesar de que há uma regra no Protocolo de que essas áreas têm que ser provadas que foram degradadas antes de 1992. Isso também não diz. Portanto, o projeto é passível de recursos pelo mecanismo de desenvolvimento limpo. Mas, infelizmente, isso também não diz aqui. A própria Ecoparana já teve problemas e não sei o que ela está fazendo, exatamente, aqui dentro do projeto. Recebi, agora, do Castella, um pouquinho antes de começar, todo esse material aqui, mas, todas essas informações diziam, raramente falam das reuniões, da questão da participação da promotoria pública. Então é uma obrigação dos agricultores? E se é, como é que se deu isso também? Não entendi. Foi uma obrigação, simplesmente, por uma questão de cumprimento de multa ou foi uma ação voluntária consciente dos agricultores? Isso já foi em 2001. Não entendi o que nós estamos aqui fazendo, então! Se já foi, vamos aqui avaliar um projeto que já acabou ou ele está acontecendo e em que termos ele está acontecendo?

Li todo o projeto e infelizmente chegou agora aqui pra mim tudo, mas como já tenho até uma experiência em auditoria a gente sabe que algumas coisas já estão falhas. Então penso que este Conselho deveria, primeiramente, receber o projeto completo, onde realmente seja esclarecido quem são os atores; quem são os envolvidos; se isso já aconteceu desde 2001; quem está participando; quanto custou; como foi feito o projeto da mata ciliar que despendeu recursos financeiros do Estado? Enfim, pra mim o projeto está incompleto e por isso não tem como ter base para fazer uma Moção de Apoio a um projeto que está incompleto. Esta é minha opinião e gostaria de colocar para apreciação dos demais Conselheiros, obrigada.

O SR. RASCA RODRIGUES:- A Conselheira Laís fez uma colocação em relação ao material. Esse material foi enviado já há quase um ano. Talvez a representante ou o representante anterior tenha isso e não tenha repassado. Mas acho que é fundamental que o Conselho possa ouvir dos próprios pretendentes dessa Moção que se faça uma explanação, no Conselho, e aí demonstre e possa esclarecer todas essas dúvidas. É muito difícil fazer uma avaliação em relação a isso. Nas conversas que tivemos tanto aqui, tanto lá em Francisco Beltrão com a equipe, pareceu ser uma proposta muito boa, é uma proposta que está em andamento mas que precisa de apoio. Não é uma coisa terminada porque não é terminada – não se planta, não se nasce tudo e não se esgotam as ações. Então acho que essas observações são extremamente pertinentes.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Justamente nesse ponto que iria tocar, que é mais informação ou então quem traz a proposta de Moção que comente mais. Porque conheci lá, estive em agosto e em setembro lá, fiz várias fotos, e, realmente, precisa recuperar a mata ciliar da margem esquerda do Rio Iguaçu. Ali fiz

várias fotos e realmente precisa recuperar a mata ciliar da margem esquerda do Rio Iguaçu. As plantações vão até à beira do rio, usam agrotóxicos, até estive conversando com alguns moradores ali, perguntei o que eles achavam, que tinha que recuperar a mata ciliar. Existe uma desinformação geral. O pessoal nem entende direito o porquê da mata ciliar, então é necessário ter um trabalho de conscientização, de educação, para a recuperação da área toda.

E conhecendo o trabalho da Bacia do Panamá III, do Baixo Iguaçu, a região tem investido na recuperação de mata ciliar, existe essa preocupação. Mas gostaria também de saber em que implica a moção, porque aqui diz assim: “Manifestar apoio à implementação do Projeto “Proposta de adequação ambiental das propriedades que margeiam o Rio Iguaçu”, o que é adequação ambiental”? É a recuperação da mata ciliar? O que isso implica? A proposta em si é boa, quem não quer a recuperação da mata ciliar? Todos querem, ainda mais na foz do Rio Iguaçu, ainda mais no contorno do Parque Nacional do Iguaçu, é o que mais queremos, mas precisamos saber no que implica apoiar esta Moção. E não basta só recuperar a mata ciliar, acho que tem que trabalhar a questão da agricultura orgânica, não são propriedades tão pequeninhas, são propriedades médias que tem ali. Então, talvez, aprofundar um pouquinho mais isso.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Conselheira Vânia.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- Só uma sugestão. Estou voltando ao Conselho agora, então ainda estou um pouco como “peixe fora da água”. Vejo que é importante que os projetos de relevância sejam trazidos ao Conselho, recebam apoio, e até acho que o Conselho futuramente poderia fazer uma Câmara de projetos, para análise, para apoiar, seria uma coisa importante, enfim, é uma coisa importante. Neste caso específico concordo com a Laís, temos poucas informações com o material que chegou para nós. Na minha documentação não veio este parecer, não sei se dos demais. Mas sugeriria que se abrisse um momento, numa próxima reunião, para que os interessados viessem aqui, tivessem lá quinze minutos, exponham o seu projeto, sejam feitos os questionamentos e se vote pelo sim ou pelo não. Essa é minha sugestão, minha proposta.

O Sr. Rasca Rodrigues:- O que eles têm colocado é que como é um área degradada, certamente deve ser antes de 1992, e essa possibilidade existe do ponto de vista de criar oportunidade de se colocar isso como ganho econômico, é que não está tendo por parte do Governo essa sentada. Não está mesmo, não temos condições de sentar para conversar sobre mata ciliar, sobre reserva legal. Há sempre, por parte dos proprietários, não querer saber, não querer ouvir. Eles, nas experiências que já fizeram, inclusive fazendo seminários, abordagens, disseram que seria uma forma de entrar. E essas pessoas são comprometidas, são representantes, tem o apoio da Escola Parque, tem apoio do Parque Nacional, são pessoas que têm relacionamentos na região e que

criariam, no ajustamento desse (TAQ), a possibilidade de fazer isso paulatinamente. Basicamente a proposta entra nesta direção, que veiculasse esses investimentos na área do Turismo, criando o roteiro, na vinculação da recuperação dessas áreas, que pode ser até mais abrangente, como a Conselheira Laís colocou. Concordo com essas posições, se não tiver mais ninguém para falar a respeito, vamos colocar em votação. Conselheiro Gava.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Sinto que nesta proposta de moção está embutida uma intenção de fortalecer um ímpeto de regularização ambiental. Tenho algumas propostas de melhorar ainda mais essa moção, mas acho que deveríamos pensar em aprová-la de imediato, porque só vem fortalecer naquilo que a gente se bate que é a regularização ambiental. Minha proposta de mudança de forma é no sentido de que na Resolução da Moção manifestar parcial apoio, acrescentar para “parcial” e já explico porque, do projeto denominado “propostas”. Por que parcial? Porque a proposta está propondo, desculpem a redundância, mas está propondo iniciar com o estímulo para que todas as propriedades recuperem cinquenta metros de mata ciliar. Diz a proposta que muitas não têm nada, o que já é um bom começo recuperar cinquenta, mas a própria proposta reconhece que lá, devido à largura do rio, terá que ser de duzentos metros, mas está se propondo recuperar cinquenta metros. Por isso manifestar “parcial” apoio. Enumeraria esse que está na proposta como Item I e a criaria os Itens II e III. O II seria: fixar o prazo de três anos, a partir desta moção, para se completar o enquadramento desse projeto à legislação ambiental. Ou seja, já saí dos cinquenta para os duzentos, porque senão vai aparecer que o Cema está estimulando as propriedades rurais a “se fizer cinquenta metros já está bom”. Não! Isso está na lei. Então o Cema estimula que vá nesta primeira fase até os cinquenta, mas fixa um prazo para que, depois de três anos, se pule para duzentos. O Item III: fixar remessa anual ao Cema de relatório de implementação desse projeto para não cair “no papel fica bonito e na realidade nada acontece”. Então vamos apoiar, mas querendo um acompanhamento sob a forma de relatório. Seria isso inicialmente, com alguns aperfeiçoamentos meramente literários. Obrigado.

O Sr. Rasca Rodrigues:- O Conselheiro Gava, como sempre, já está tratando nas emendas. Mas a discussão colocada aqui até agora é a discussão, e você já está na frente da próxima reunião, onde pretendemos trazê-los para fazer o convencimento e já podemos antecipar essas preocupações para que eles esclareçam aqui. Então coloco em votação.

O Sr. Aristeu Elias (Fetaep):- Boa-tarde a todos, ao Presidente da Mesa. Estava vendo essa proposta, sou da região e conheço bastante os municípios e sei da dificuldade de rios maiores, no caso do Iguaçu, duzentos metros de mata ciliar, para onde não tem nada se pensar em duzentos é bastante, ao passo que as pequenas

propriedades se aumentar cem metros se consome, já se termina. São propriedades que se fizer duzentos metros teríamos que indenizar propriedades porque vai toda ela e não chega. Mas até dizia ao Paulo Castella, antes da reunião, que a minha proposta vem um pouco em cima de que se desse um incentivo e a cada tantos anos você acrescer um pouco a mais. Acho que 3 anos como o senhor colocou é pouco. Acho que é muito pouco 3 anos. Mas tenho também essa intenção que acho que todos os projetos, de onde não tem nada, teria que dar uma seqüência; se começar a fazer e depois ir indo. Nesse caso, especificamente, acho que se podia dizer: Olha, vamos determinar um prazo e uma quantia de metros – seja cinqüenta ou menos ou mais e dar um prazo. Se a comunidade, o município não reagir e isso não aconteça na prática, aí, de repente, você anula toda essa decisão e exige o que a Lei exige. Como representante da agricultura familiar não podia ficar assim contra, nossa entidade ficar contra um projeto desse aí. Porque sabemos, inclusive, da vocação de Capanema com relação à agricultura familiar, à agroindústria, a produtos orgânicos e assim por diante.

Acho que daria pra gente decidir alguma coisa de imediato, mas, também, decidir por uma proposta progressiva que fosse melhorando isso com o passar do tempo. Obrigado.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Acho que dá pra encaminhar essa questão, até para criar uma oportunidade, Conselheiro Aristeu e o Gava, que a entidade venha aqui e demonstre essas situações. Uma situação que o senhor Aristeu conhece e eu conheço, têm propriedades que estão 100% dentro; tem propriedade que está com 80; tem propriedade com 50, com 10. O ideal que isso fosse estratificado para que a gente veja, nesta faixa de Capanema, porque Capanema está quase dentro da margem dos 200 metros do próprio município. Está aí numa ferradura entre a devida com a Argentina e a divisa com o Parque. Até pra que a gente tenha claro, numa situação de recuperação de mata ciliar e de reserva legal, num município – como o caso de Capanema. E que isso venha estratificado dentro do mapa e apresente, aqui, quantos proprietários até 'x' hectares têm comprometimento de tanto, para que possa ter essa estratificação para que a gente não possa, também, numa Moção de Apoio, dar um aval a algo que do ponto de vista da legislação, tenha um cronograma sem cronograma. Isso dificulta essa discussão. Mas, por outro lado, tem uma realidade que não pode ser escondida e não é só Capanema. Mas a oportunidade de trazer o caso de Capanema, de trazer isso, de colocar isso até para que se tenha uma compreensão o que as legislações implicam, muitas vezes, do ponto de vista do seu acatamento. E que se tenha um ganho ambiental – isso é importante, isso é fundamental no processo, mas tem, por outro lado, intervenções que desestruturam cultura, desestruturam famílias, desestruturam a economia como é o caso de usina hidrelétrica. Isso ocorre, se deslocam pessoas, quebra muitas vezes essa relação de amor que se tem com a agricultura, com a terra, com o seu local de nascimento.

Então isso tudo, num processo de desenvolvimento acaba ocorrendo, que, às vezes, não é percebido pela própria sociedade e nós estamos aqui com as representações da sociedade. Vamos fazer essa discussão e se o Gava mantém e se o senhor Aristeu mantém, vamos ter que votar se fazemos agora ou fazemos na próxima reunião com a presença deles. Se não mantiver, fica a proposta que foi colocada de seguir com a presença deles. Consulto os dois conselheiros mantêm para que a gente possa dar um pontapé nesta reunião? Se mantiverem vamos votar, se não daremos outra oportunidade.

O Sr. Aristeu Elias Ribeiro (Faep):- Eu avaliando abro mão. Também interessava ouvir a comunidade lá. Ou ouvir melhor ou saber melhor. Porque que gente conhece mas não sabe a realidade de cada um, até mesmo vi aqui no mapa, são meios dispersos os proprietários – estão uns muito longe. No meio deles tem que ter mais gente, se a gente os ouvisse acho que seria melhor.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Eu acompanho a sua posição.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Então está decidido que na próxima reunião do Conselho eles virão aqui. Catella, quero fazer esse Ofício já colocando todos esses questionamentos, aqui, levantados, que eles já venham nessa linha de esclarecer – se isso está pensado em relação ao MDL, se isso está pensando em relação àquilo que o Gava coloca no sentido de ter um prazo e quais são as instâncias que podem tratar desse assunto. Vou dar um exemplo: o Estado de Rondônia pela legislação federal a reserva legal é 20, 80%. O inverso nosso. O que o Estado de Rondônia fez? Fez o zoneamento econômico/ecológico e definiu que a reserva legal lá é 50%. Fere a Lei. Mas, definiu isso. Aprovado na Assembléia Legislativa, aprovado no Conselho Estadual do Meio do Ambiente com qual condição? De que quem tem mais de 50% pode derrubar até 50; e quem derrubou mais de 50, tem que vir a 50. Virou uma polêmica, uma grande discussão no Estado e eles conseguiram aprovar, foram ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e no Conselho Nacional do Meio Ambiente aprovaram. Todos os Estados dessa região aonde deve se deixar 80, no caso lá é 50, por quê? Porque quem tinha avançado mais que 50 a quantidade de área era maior do que quem tinha preservado. Teve um ganho em relação a isso. Agora, para que isso ocorresse foi feito um zoneamento – propriedade por propriedade; região por região; bacia por bacia; foi quantificado por satélite e tal; doze anos discutindo. Esse é um caso que a gente pode abrir como uma discussão, porque isso está espalhado em diversos municípios, principalmente aqueles que têm rios grandes próximos.

A Sra. Laís Bacilla (IFAS):- Só lembrando, gostaria de que aquilo que eu falei constasse das Notas Taquigráficas e gostaria, também, de pedir à Presidência que fizesse as Notas Taquigráficas chegarem à mão do Promotor Público do qual consta nesse processo aqui, que está colocando as condições para os agricultores. É importante que ele saiba o que foi discutido neste Conselho e porque estamos solicitando a

presença dessas pessoas aqui. Consta no nosso Regimento que as despesas deverão correr por conta do Conselho, então, que venha um número limitado, mas que venham e que não haja nenhuma desculpa para deixar de vir até o Conselho. E, particularmente, gostaria que viesse algum representante da Ecoparaná e que trouxesse a sua documentação também junto. Quero entender o que a Ecoparaná faz exatamente dentro do projeto. Gostaria que constasse nas Notas Taquigráficas e vou passar à Presidência da Mesa as perguntas que fiz, estão aqui por escrito e me coloco à disposição, mais uma vez. Quero esclarecer que a ONG IFAS não é contra o projeto, não se trata disso, só elogiamos a iniciativa, mas que não seja apenas mais um projeto para cumprimento de uma legislação. É essa a nossa preocupação. Um projeto com qualidade e que a gente veja, talvez, daqui a 2, 3 anos resultados eficazes realmente duradouros. São essas as colocações, obrigada.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Será atendida. Próximo item de pauta: Discussão e aprovação de Resolução criando a Comissão Especial para o Cadastro Estadual de Entidades Não Governamentais do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cema, de acordo com as deliberações da 68ª Reunião Ordinária ocorrida este ano. Todos estão de posse. Estamos tomando esta iniciativa porque necessitamos, para cumprir a legislação, a apresentação deste cadastro que até o momento não aconteceu. Então estamos criando essa Resolução para instituir e que possamos ver rapidamente o trabalho desta Comissão reunida e apresente esse cadastro, que é praticamente com todas as ONG's, respeitando o setor, mas infelizmente não podemos dar prosseguimento em algumas situações internas por falta da apresentação dos mesmos. Não sei se há necessidade de se fazer a leitura. Trata-se de uma Comissão Especial Permanente, se não houver discordância do setor, colocamos em votação.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Apenas tentando ajudar, fazer uma pequeníssima correção, ali no primeiro asterisco: "Instituir a Comissão Especial Permanente do Cadastro Estadual de Entidades..." esse "entidades" com letra maiúscula.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Este é o Conselheiro Gava! Muito obrigado, Conselheiro Gava. Não tendo nenhuma outra manifestação, colocamos em votação. Os que forem favoráveis à criação da Comissão Especial Permanente de Cadastro Estadual de Entidades, com letra maiúscula, Não-governamentais permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADO por unanimidade.

Entramos em assuntos de ordem geral. O primeiro é do Conselheiro Tourinho e temos duas solicitações para assuntos gerais, tem também a Conselheira Vânia que pede inscrição. A primeira é da Faep, através do seu Conselheiro: "O inseticida BHC, proibido por lei há anos, é de alta toxicidade encontra-se armazenado em várias regiões do Estado, muitas vezes em locais impróprios e de forma inadequada. Este é um grande passivo ambiental que deverá ser tratado de forma especial, pois se nada for feito



poderemos ter graves problemas ambientais. Considerando a urgente necessidade de remover esse produto da zona rural, solicitamos que o assunto seja objeto de discussão neste Conselho”. Este é o primeiro.

O segundo foi subscrito pelo Conselheiro Tom Grando, como ele está ausente remeto a qualquer ONG para que possa subscrever o documento.

A Sra. Laís Bacilla (IFAS):- Sr. Presidente, tenho um assunto que também gostaria de levar à apreciação dos senhores.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Também tenho um assunto.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Nossa intenção é abrigar essas iniciativas, então o que tivermos condições de deliberarmos agora a gente delibera ou abrimos discussão e verificamos a possibilidade de fazer a discussão.

A segunda é: “Diante das recentes notícias vinculadas pelo DNIT, tratando da possível instalação do trecho da BR-101 do litoral do Paraná, a Liga Ambiental vem, por meio desta, solicitar que durante a assembléia do Cema, realizada no dia de hoje, que seja concedido um tempo regimental para o representante da FEPAM, Sr. Rafael Gava, o qual prestará informações acerca do referido tema.”

Terceira: “Sr. Presidente, os desmatamentos na nossa região está muito sério, solicitamos providências com relação à questão do desmatamento em Faxinais na APA da Serra da Esperança. Assinado pela Vânia do Instituto ING”.

O outro não é deliberação, mas é para relatar sobre o projeto: “Vamos fazer o Planeta viver, usem sacolas retornáveis!”. Conselheiro Tourinho.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (FAEP):- A idéia de enviar este documento ao Cema já vem de algumas reuniões, já comentamos a respeito desse assunto na reunião que teve no prédio do Ministério Público, a proposta da FAEP é que este Conselho monte uma Câmara Técnica para estudar essa questão do BHC para sabermos quanto temos de BHC armazenado no Estado, onde e como ele está armazenado. Existe um trabalho da Emater que em alguns municípios já fez essa quantificação. Seria interessante buscarmos esses trabalhos já feitos pela Emater e trabalhar dentro desta Câmara Técnica para vermos como retirar esse BHC da zona rural sem prejuízo ao meio ambiente.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Acredito que nenhum Conselheiro se manifestará contra a criação desta Câmara Técnica, se não tivermos já vamos tratar da composição. Conselheira Rosane.

A Sra. Rosane Vicente Gnipper (SOS Bicho):- Minha sugestão é que não seja só para discussão do BHC. Temos outros produtos usados na agricultura que têm causado muitos problemas. Tem um projeto inclusive tramitando na Câmara Federal, e entramos com um projeto de proibição de comercialização, do Temik, que é da Bayer que tem o princípio ativo o Aldicarbe e popularmente conhecemos como chumbinho. Fizemos um

levantamento da quantidade de pessoas acometidas por mortes, doenças em função do uso do Aldicarbe, o número de suicídios usando o "chumbinho" é muito grande e para nossa surpresa esse produto não tem registro no Estado do Paraná. São 4 Estados no Brasil, apenas, com autorização para comercialização desse produto. Fizemos uma audiência pública em Brasília e o assunto acho que merece importância. Então se esta Câmara Técnica abraçasse outros defensivos a gente gostaria de participar.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Consulto se tem algum Conselheiro que consiga definir se a palavra organoclorado pudesse absorver tudo isso – organoclorado. A idéia é que pudesse ter um termo que abrigasse isso. Câmara Técnica de Agrotóxicos: o "chumbinho" é considerado agrotóxico?

A Sra. Rosane Vicente Gnipper (SOS Bicho):- Não o "chumbinho". O "chumbinho" é um subproduto do Aldicarbe, ele tem Aldicarbe na sua composição.

O Sr. Jorge Augusto C. Afonso (Faculdades Integradas Espíritas):- Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Nós poderíamos, como sugestão, fica para discussão do grupo utilizar o termo: Poluente Orgânico Persistente. Esse termo é utilizado até pela sigla POP.

O Sr. Adriano Reisinger (Suplente da SEAB):- Queria dizer que acho que não se deve misturar os assuntos. A questão do BHC é bem específica – é um poluente, não é nem considerado mais agrotóxico porque ele é proibido há muitos anos. Não tem uso, não tem recomendação e é um problema que, como foi relatado, já se sabe que ele existe em quantidades, principalmente na região Norte, Norte Velho do Estado. Temos casos que poderia relatar, aqui, que a situação é bastante séria. E essa outra questão é diferente porque são agrotóxicos que podem vir a ser proibidos e que se forem descobertos eles já têm um procedimento de destino. Você pega qualquer agrotóxico que tem ainda registro e que não tenha cadastro no Estado, temos um procedimento para isso: apreensão, mandar a devolução para a origem. Então são assuntos bem distintos e que requerem medidas bem distintas, um projeto de recolhimento que não tem nada a ver com a questão dos agrotóxicos que estão passíveis de serem contestados o seu registro e cadastro.

A Sra. Rosane Vicente Gnipper (SOS Bicho):- Não tenho nada a me opor de criar uma comissão para tratar exclusivamente do BHC. Só queria aproveitar a comissão para tratar de assuntos correlatos e o fato de dizer que têm mecanismos e que as coisas acontecem dessa forma, na prática a gente vê que não acontece. Porque, inclusive, enviamos Ofício para o Ministério Público fazer todo esse mapeamento, Secretaria Estadual de Saúde inclusive de manifestou. Não tem como fiscalizar, você não tem como pegar uma pessoa que está comercializando um produto que não pode no Estado do Paraná. Então temos que encontrar mecanismos eficientes que, na prática, isso acontecer. No papel, na estrutura pode ter, mas na prática não tem e nós temos gente se

envenenando com o "chumbinho" no Estado, gente se suicidando e muitos animais mortes. É uma prática comum: o animal está incomodando o vizinho joga "chumbinho". Acho que essa discussão temos que trazer para cá, então cria-se uma outra Câmara para discutir os outros. Fica a minha sugestão. Acho que a discussão não pode deixar de acontecer.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Pela Ordem o Conselheiro Guerra depois a Conselheira Laís.

O Sr. Jorge Guerra (Secretaria Indústria e Comércio):- Com relação a este assunto da proposta da Federação da Agricultura do Estado do Paraná me preocupou a quarta linha que diz o seguinte: "Pois se nada for feito poderemos...", só quero informar que em Maringá, não recordo o nome da empresa, já há uma empresa que processa mais de 100 toneladas/mês destes produtos oriundos, apanhados na área agrícola. Eles lavam, processam essas embalagens, moem e acabam fazendo um granulado. Esse projeto lembro dele porque na região de Maringá os incentivos fiscais representam 50% da geração de ICMS. Este projeto foi considerado, pelas características e pelo benefício que ele traria à população da área agrícola, foi considerado um projeto estratégico com benefício de 90%. Portanto, o maior benefício fiscal do Estado e está sendo operado muito bem. E acredito que, até se for o caso, posso conversar com a empresa e dizer: Olha, tem mais mercado que vocês podem, novamente, apanhar mais produtos para beneficiar mais gente. Obrigado.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Só para esclarecer, Conselheiro. É que esta empresa processo embalagens, no caso do BHC é produto, é o pó mesmo. Aí ela não processo, porque não tem como processar. Em alguns casos não tem nem embalagem. Qual é o grave problema: que pela legislação identificado quem fabricou a responsabilidade é dele. Como estes produtos deixaram de ser fabricados há muito tempo e não foram guardados direito, então não tem mais, no papel, qualquer identificação. Temos alguns casos que na época foram autuados e ficou como fiel depositário e está lá como fiel depositário. Aí ele não tem interesse nenhum, "Eu estou cuidando; não gerei isso". E não tem como identificar. São diversas situações, o produto só incinerando. Fizemos este ano uma destinação a Foz do Iguaçu onde o Governo aportou uma quantidade de recursos, a INPEV também aportou – entidade que congrega os fabricantes das embalagens, aportou um pouco de recursos e nós conseguimos dar um destino de toneladas de contrabando. Isso foi para o Rio de Janeiro algumas dezenas de toneladas nesse acordo, tripartite. A proposta que tem ela é tripartite também. Nós, em virtude do contingenciamento de recursos este ano, também não levamos isso à discussão.

A Sra. Laís Bacilla (IFAS):- Realizamos um estudo da parte jurídica se já existia alguma lei. E consultei a nossa consultora, Dra. Alessandra aqui presente, existe uma Lei 7802 de 11 de julho de 1989, a qual normatiza a destinação de fenol de resíduos de

embalagens de agrotóxicos. Vou encaminhar esse estudo da Lei que pode servir de base jurídica para a formação da Câmara. É a nossa contribuição. Existe, então, uma Lei que regulamenta e existe uma norma técnica também na ABNT que regulamenta isso. Estou encaminhando essa jurisprudência à Presidência da Câmara. Obrigada.

O Sr. Ulisses José Lucas (Suderhsa):- Em relação aos agrotóxicos, essas embalagens, a INPEV que é o órgão responsável, em Maringá é a ADITA. Todas essas embalagens que são adquiridas do comércio, depois as propriedades são obrigadas a pegar de volta essas embalagens e reciclarem elas. O vendedor é obrigado a pegar, então existe em Maringá e no Paraná inteiro, esse é um Projeto da Suderhsa que chama Terra Limpa. O Paraná hoje é o primeiro na arrecadação dessas embalagens.

O Sr. Rasca Rodrigues:- São setenta e dois pontos de recolhimento no Estado inteiro, onde entramos só com a saliva dando treinamento e os agricultores com a disponibilidade de separar em tal data, as revendas de buscar e os fabricantes construíram uma logística extremamente importante. E o Paraná hoje tem o melhor índice de recolhimento de qualidade, não em quantidade, porque o Estado de Mato Grosso usa mais, mas em qualidade é o melhor índice, não só do Brasil mas do mundo inteiro. E o Brasil tem o melhor índice. Melhor índice que a Alemanha, que o Canadá que está em torno de 65 e a média do Brasil hoje já é 88, e em recolhimento é o Paraná em qualidade. Isso é muito mais por amadurecimento de quem está no campo, o agricultor consciente que deve fazer isso, e estamos juntos nesse encaminhamento.

Então como a Câmara Técnica tem que ter cinco, abro aos Conselheiros que querem participar dessa Câmara Técnica para fazer o levantamento do diagnóstico em relação ao agrotóxico e depois vamos analisar. Se usarmos o POP's temos condições de dar uma amplitude maior à Câmara Técnica, acho que seria mais adequado e trabalharmos numa escala de prioridade, até porque o BHC já temos em determinadas regiões bem identificado. Acho que podemos encaminhar junto. Conselheiro Tourinho, se for encaminhamento diferente.

O Sr. Luiz Anselmo Tourinho (Faep):- Eu gostaria que a Câmara Técnica fosse formada para discutir apenas sobre BHC, por que isso? Porque os outros agrotóxicos, como o próprio Adriano já falou, já existe uma logística, um tratamento diferenciado para cada um deles. Estamos propondo isso pela Faep porque este produto está armazenado no campo em locais impróprios, correndo o risco de desabamento de resíduos, podendo poluir solos. Esses outros produtos já existem uma logística. O produto que está armazenado e que o produtor não usou, mas está armazenado, a embalagem está certinha, pode devolver isso ou pode ordenar, através da Secretaria da Agricultura, para que esse produto seja retirado da propriedade dele pelo fabricante. Então, o problema maior que vejo é o BHC. Por isso que a FAEP propôs uma Câmara Técnica para discutir exclusivamente o BHC.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Temos proposta divergente. Vamos fazer uma proposta conciliadora, a gente aprova desta maneira, coloca trinta ou sessenta dias para discutir a questão do BHC. O BHC tem prioridade para vir aqui ao Conselho, isso não significa que paralelamente na própria comissão vá se construindo essas outras informações dos demais, mas o primeiro relatório que deve ser apresentado é o BHC. Com essa ordem de prioridade a gente abrange, certo? Então fica criada a Câmara Técnica. Quem gostaria de participar dessa Câmara Técnica? (Pausa). Faep, SOS Bicho, Fetaep, Faculdades Integradas Espíritas e SEAB, sob a coordenação do Luiz Anselmo Merlin Tourinho.

Próximo item de assuntos gerais é em relação as recentes notícias vinculadas pelo DNIT. Passo a palavra ao Sr. Rafael Gava para falar a respeito desse assunto.

O Sr. Rafael Gava:- Boa-tarde, Srs. Conselheiros. Sou Rafael Gava, representando a Federação Paranaense de Montanhismo, que representa nove entidades de montanhistas espalhadas não só aqui na Serra do Mar, mas atuantes no estado inteiro do Paraná e que está muito preocupada com este assunto da BR-101. Entretanto, para contextualizar, a última grande ação da FEPAM foi referente ao incêndio na Serra do Mar, mais precisamente na segunda maior montanha do Sul do Brasil que é o Morro de Anhangava com 1850 metros. Conseguimos mobilizar duzentos e cinquenta voluntários para atuar em conjunto com a Defesa Civil, bombeiros e IAP, em um incêndio que durou dezesseis dias. A nossa ação referente a isso está em propor a recuperação da encosta dessa montanha e também a criação de uma brigada voluntária de combate a incêndios a montanha.

Quando todos conseguiram descer da montanha, que foi no domingo, na segunda-feira fomos surpreendidos pela notícia do DNIT, divulgando a intenção de ressuscitar os estudos para a execução da BR-101 no nosso litoral. Ressuscitar porque na década de 80 todos os paranaenses já consideravam morta essa intenção. E o DNIT está promovendo alguns eventos em entidades que obviamente vêm grande interesse nisso, para depois propor aos órgãos de maior escalão. Temos grande preocupação com isso, então para começar trazer à sociedade paranaense essa discussão, para que a sociedade possa opinar e não só os elementos interessados, os atores interessados diretamente, promovemos no dia 19 de novembro uma palestra com o emérito professor da Universidade Federal do Paraná, Professor João José Bigarella, sobre a questão da Serra do Mar. Tivemos 180 pessoas presentes, entre elas várias autoridades para expor a preocupação com respeito a desmatamento e também a construção de uma nova estrada. Para isso várias ações estão sendo tomadas, estão sendo enviadas várias correspondências e ofícios a várias autoridades do Estado, para as entidades não governamentais, a grande maioria delas cadastradas neste Conselho e estamos pedindo a posição dessas entidades. E a Federação vem a este Conselho solicitar que seja colocado em pauta para a próxima reunião a discussão do posicionamento deste Conselho perante

esta situação. E para isso, se for necessário, podemos enviar o material que temos arquivado a respeito de toda essa questão a todos os Conselheiros. Por enquanto era isso e fico aguardando uma resposta do Conselho. Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Em discussão, com a palavra o Conselheiro Gava.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Parece mal de família, mas é uma belíssima causa. Até hoje fico me perguntando e questionando a FEPAM e questiono a toda comunidade, principalmente aos mais interessados, para me justificarem a abertura da BR – 101 no Paraná. Fazer uma agressão ambiental do tamanho que ela se propõe. Porque até agora não houve justificativa plausível nenhuma. Até porque ela se propõe a carrear para a BR – 116, todo o fluxo que hoje vai para a BR – 116. Gostaria que os Conselheiros fizessem uma viagem de carro, hoje, para São Paulo para ver o risco de vida e a vergonha que vão sentir em ser brasileiros, verem a principal artéria econômica brasileira que é a 116 no Estado em que ela está. Ela tem 30 km de pista praticamente simples e enormemente esburacada. Quando não há desastre com vidas, há desastres mecânicos intensos. É comum você ter, ao trafegar nesse trecho de 30 km, você encontrar 'n' carros parados tentando trocar pneu, quando não vai um ou mais pneus e rodas danificados.

De modo que a questão da 101, desculpem, até, me reporta à BR – 116 e tenho que me cuidar para não manifestar minha revolta. Porque vivi isso há 15 dias e a "Gazeta do Povo" há uma semana atrás, trouxe um belíssimo artigo registrando esse fato que é uma vergonha nacional esse trecho da 116.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Queria fazer uma sugestão: que a gente fizesse um convite ao DNIT para que traga um esclarecimento a respeito desse investimento, inclusive colocando isso espacialmente. Foi uma solicitação que fiz, já recebi uma documentação para que tenhamos uma noção do que se está pretendendo com esse investimento e por onde passaria esse investimento, e a pudéssemos ver isso espacialmente e possamos fazer uma discussão. Não sei se isso contempla a posição de vocês. Porque a grande maioria não tem nem noção do qual seria o trajeto, o que vai afetar, para que não fique uma coisa do ponto só do Movimento Ambiental. O Movimento Ambiental é fundamental para o processo da denúncia de apontar. E que esse espaço possibilite o debate; o por quê; qual a razão; se isso está dentro do PAC ou não. Temos que estar esclarecidos de como está essa situação. Porque dentro do PAC tem um encaminhamento diferente dentro do Governo Federal – que é via expressa. Então, de repente a gente está pensando e as máquinas estão lá roncando. Acho que já para a próxima reunião eles poderiam vir até aqui e apresentemos isso, e se a gente tiver que tirar uma moção, uma posição o faça em cima de dados.

O Sr. Adriano Reisinger (SEAB):- Gostaria de sugerir que para essa reunião fosse convidado um representante do Senge, temos um colega lá que tem estudado

bastante a questão das ferrovias, que é mais um contra-senso. Porque no momento em que se deixa que as nossas ferrovias se sucateiem, se fazer uma construção paralela ao mar. Quer dizer, ferrovias parece que não interessa ao Governo; o transporte marítimo de capotagem também parece que não interessa, parece que interessa é o que causa mais dano econômico, mais caro e tudo mais. Então que se convidasse o Paulo Ferraz.

O Sr. Rasca Rodrigues:- O Diretor Paulo Ferraz. Li, inclusive, uma abordagem que ele fez sobre isso onde ele coloca que pode pegar o produto lá e via mar, colocar no mesmo destino sem nenhum... o impacto é muito menor. Está bem encaminhado? Então, Pela Ordem, a Conselheira Vânia. Em relação à questão do desmatamento da região está muito séria, solicitando audiência com relação à questão de Faxinais da APPA da Esperança. Então acho que devemos fazer um convite ao Presidente do IAP para que possa trazer um relato sobre essa questão, até porque existem alguns protocolados enviados pela Vânia e confirmados por mim; encaminhamentos para lá em razão daquelas questões que você levantou lá atrás. Então tudo isso está protocolado e que o IAP apresente o que está fazendo em relação à Serra da Esperança para a próxima reunião estamos querendo fazer este convite.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- Só queria dizer que estamos profissionalizando o povo. A gente tem recebido muitas críticas por parte de políticos e de algumas pessoas. Mas fico satisfeita quando a gente começa com pessoas ligando, timidamente, denunciando de forma anônima e depois a gente passa a receber denúncias com um mapinho e agora estamos recebendo uma denúncia com ponto, com GPS e com imagem de satélite, que é para não ter como dizer que não tem como achar. E é uma denuncia com relação a imbuías no topo da Serra da Esperança.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Isso aqui vamos fazer imediatamente e para a próxima reunião já convidando para a próxima para dar um relato sobre toda a Serra.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- Você conseguir a participação da população é uma coisa muito difícil e não dar resposta é pior ainda.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Quero dentro deste assunto, Serra da Esperança, informar que a FIEP participa do Conselho Gestor da Serra da Esperança que aconteceu em Guarapuava há questão de um mês atrás, mais ou menos. Mais uma reunião e agora o resultado dela, a entidade que o IAP conveniou para realizar, realmente, todo o processo de normatização e, digamos assim, definir um zoneamento ecológico econômico para a Serra da Esperança. Está em andamento, mas fiquei assustado nesta última reunião em Guarapuava com as notícias que tive da periculosidade que existe dentro da Serra da Esperança para fazer este levantamento. Já estão agendadas diversas visitas e não sei se vão se concretizar, porque o ambiente não é nada receptível para quem tem a intenção de definir o zoneamento dessa APA. De modo que essa colocação que a Vânia está trazendo é oportuna e só confirma os fatos que a gente conhece de

notícias que acontece dentro da APA, de modo que é muito interessante. Esse Conselho já debateu essa questão, formou uma Comissão, fiz parte da Comissão que foi lá, a Vânia nos recebeu muito bem, fizemos uma viagem rápida dentro da Serra da Esperança, mas hoje tenho a convicção que mal beliscamos o problema. O assunto Serra da Esperança é muito sério.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- Se me permitem, gostaria de complementar. Só para vocês terem uma idéia, o pessoal trabalha com celular. Eles têm um pessoal com moto, com celular, que vai fazer o desmatamento e avisa. Na realidade é uma quadrilha, é coisa de crime organizado. Em 2003, quando fazia parte do Conselho, fizemos uma visita lá e o problema persiste e realmente precisamos de providências urgentes, porque os casos são sérios. Tem muitos outros que a gente tem a encaminhar, e essa quadrilha liga uns para os outros para avisar: “Olha, está indo uma força, aí some todo mundo”. Então realmente a coisa é muito séria.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Conselheira Laura.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Um dos assuntos de pauta era justamente a Serra da Esperança. Entreguei o jornalzinho do Sindi/Seab n.º 149, vocês podem olhar no final a questão do relato da reunião que tivemos em Guarapuava e que coloca justamente essa preocupação. Existe uma preocupação muito grande dos associados do Sindi/Seab, dos diretores do Sindi/Seab de Guarapuava, principalmente porque tem áreas que o Incra está pretendendo usar para assentamentos que envolvem nascentes de rios, principalmente do Rio das Pedras mas da Bacia do Rio Ivaí e do Rio Jordão, então a situação é gravíssima. Tenho várias fotos as quais posso apresentar e tiramos pelo Sindi/Seab, Encontro Estadual, uma campanha de proteção da Serra da Esperança. Então queremos colocar isso aqui e gostaríamos de contar com o apoio de todos os setores da sociedade, inclusive do Governo do Estado, para desencadear essa campanha de recuperação das áreas degradadas e de proteção de toda a área da APA da Serra da Esperança.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Contem conosco, Conselheira Laura, no sentido da campanha e desde já solicitamos o material fotográfico que a Conselheira tem de posse para junto encaminharmos ao IAP para que na próxima reunião faça o relato.

O próximo item de pauta dos assuntos gerais é: “Tendo em vista comentários recebidos durante a primeira Conferência Regional de Meio Ambiente no Vale da Ribeira, em Cerro Azul, no dia 24 de novembro de 2007, e ofício já protocolizado no Seab e na Secretaria de Meio Ambiente, solicitamos a presença da Emater na próxima reunião do Cema para esclarecer sobre os incentivos dados aos agricultores familiares para o plantio do pínus, ou seja, substituindo a agricultura familiar pelo pínus na região do Vale da Ribeira. Certo da sua compreensão e apoio para devido encaminhamento desta questão, agradecemos”. Algum Conselheiro se manifesta contra esse convite?



A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Gostaria de fazer um adendo. O questionamento é tanto na questão de incentivar ainda mais o plantio de pínus, que particularmente resistimos muito isso, mas é também no uso do recurso que é da agricultura familiar para o recurso de uma política de exportação, que é o pínus. Queremos esse esclarecimento, não sei alguém tem esse esclarecimento para dar, mas nos foi solicitado que encaminhássemos esse pedido, como encaminhamos o ofício pedindo esclarecimento. E também a questão do recurso que é o recurso público destinado para a agricultura familiar que está sendo desviado para o plantio de pínus.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Apoio totalmente essa proposta, também quero aprender que incentivo está sendo dado, além do Pronaf florestal instituído por lei. Se existe um outro, como tenho interesse na área, vou passar a usar intensamente, porque não conheço que estímulo é esse, mas apoio totalmente a proposta até para aprender.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Secretário, só queria acrescentar para trazer representantes da comunidade de Cerro Azul nesta reunião, posso me encarregar de convidá-los.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Sim, a reunião é aberta. Se nenhum Conselheiro se manifesta contrário a esse convite, faremos com a Emater dando dez minutos para apresentação desse tema. Solicito ao Secretário Castella que coloque no ofício esses questionamentos levantados aqui: “Trata-se do Pronaf Florestal? Se há incentivo? Que tipo de incentivo?” Mas tem que vir aqui, não é por escrito, para fazer uma apresentação a respeito dessas indagações.

O segundo e último item, é o segundo mas os dois já foram abordados, sobre a Conferência Nacional de Meio Ambiente.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- E do Sindi/Seab também.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Do Sindi/Seab você já falou.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Não, não o que eu queria.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Não? Sobre as Conferências é um relato das Conferências?

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- São observações também. Até agora só participei da Conferência Regional do Vale do Ribeira, e uma questão que me surpreendeu bastante é a discussão de plantio de pínus em topo de morro. Isso me surpreendeu. Parece-me que existe toda uma política de modificar a lei que protege topo de morro como APA. Inclusive justificando que em Minas Gerais já foi conseguido flexibilizar essa questão.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Conselheira Laura, este é um assunto que está afeto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente onde está sendo regulamentado o que se está denominando “campos de altitude”. Ainda não se tem uma posição fechada, Santa Catarina tem uma posição, Paraná tem duas posições, o Governo tem uma, o setor tem

outra, então isso é uma coisa que está sendo discutida e que vai demandar ainda um certo tempo. Isso está dentro do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Quem tiver assuntos referentes a isso, enquanto Conselho Estadual de Meio Ambiente não vamos tomar posição em relação a essa discussão, até porque é divergente entre os setores e entre os Estados da nação. É muito divergente. Inclusive o Governador recebeu a visita do Governador Luís Henrique e nós dissemos a ele que a nossa posição é de acompanhar a posição do Ministério do Meio Ambiente. É um assunto que está dentro do fórum do Conama e que devemos tratar dentro desse fórum. Porque não é uma regulamentação do Estado.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Então, depois ver com o Conama o que está acontecendo em Minas Gerais que me surpreendeu isso – se é uma Lei Federal como que o Estado, ali, também desrespeita isso. Mas queria fazer mais dois comentários.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Conselheira Laura. Se é bom vamos atrás para saber o que Minas Gerais está fazendo. Se não é bom, melhor nem querer saber. Não passa pelo referendo do Estado acompanhar a decisão de Minas Gerais.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Ainda sobre as conferências queria dizer que na reunião da I Conferência Regional de Meio Ambiente do Vale do Ribeiro foi aprovada, por unanimidade, uma Moção de Repúdio ao Projeto de construção da hidrelétrica de Tijuco Alto. E isso nos agradou muito, não é surpresa para ninguém. Mas o detalhe maior é que foi por unanimidade. Então a gente quer que isso seja considerado e, realmente, levado a sério como uma deliberação da Conferência e respeito a essa decisão.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Isso virá para a Comissão Estadual.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- E, por fim, sobre as Conferências. Queria dizer que vamos ter a Conferência de Curitiba e Região Metropolitana dia 09 de dezembro. Ainda temos mais algumas que estão acontecendo – tenho o material de divulgação e se alguém quiser pode acompanhar. Temos em Ponta Grossa dia 1º de dezembro; em Ivaiporã dia 1º de dezembro; Jacarezinho dia 08 de dezembro; Almirante Tamandaré dia 09 de dezembro; Londrina e Maringá dia 15 de dezembro.

É importante que estejam participando e ajudar a construir, aí, a 3ª Conferência Estadual no início do ano que vem e acho, Secretário, que precisa ter uma maior conexão entre o CEMA e as Conferências. Também porque na 2ª Conferência ficou aprovado que o próprio Conselho seria eleito durante a Conferência seguindo o esquema do SUS, no mesmo estilo do SUS e isso não foi bem abordado mais pra frente.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Conselheira vamos tratar de assunto de deliberação. Até esse relato das Conferências estava nos informes gerais.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- Para encerrar como informe, que estamos divulgando, aqui, a Carta Aberta à População que saiu no dia 28 de outubro, Carta dos Servidores Públicos, e tem uma pauta de reivindicações da nossa base toda. Como, também, não só representando o CEDEA, mas como Presidente do SINDI/SEAB, queria deixar isso para conhecimento de todos e dizer que nós precisamos aprofundar muito essa questão da política de meio ambiente e da gestão de recursos humanos em meio ambiente. Porque uma coisa puxa a outra. Se o quadro de funcionários tem problemas; a política tem problemas e os desejos da população têm problemas. É mais nesse sentido, de registrar que estou entregando para todos porque assumi isso com a Diretoria.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Aproveito para pedir igualdade de tratamento e já reservar espaço, na próxima reunião, e trazer, também, 5 boletins da FIEP – de diversos departamentos para que a gente também analise aqui.

A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (Cedeia):- É sobre política ambiental?

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Salário e política ambiental.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Passando para o próximo assunto. Consulto aos Conselheiros se ficou algum ponto sem deliberar.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- Em princípio pelo que eu registrei, aqui, ficou para convidarmos Capanema para vir fazer esclarecimento; a Emater; o IAP para falar sobre a Serra da Esperança e o DNIT, e o Senge. Só pra gente recuperar e para ter uma fixação de data.

O Sr. Rasca Rodrigues:- A intenção nossa, num primeiro momento, é dia 18 de dezembro.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- Fui nomeada dentro da Comissão das Entidades Não Governamentais para formar o cadastro junto com outras entidades. Pergunto: seria para agendar alguma reunião ainda este ano ou no próximo ano?

O Sr. Rasca Rodrigues:- Aí o interesse é de vocês. Vocês decidem data, cronograma.

A Sra. Vânia Maria Moreira dos Santos (ING):- E aí também tenho que agendar uma reunião com relação à outra Comissão? Acho que o Secretário poderia organizar essas duas. E a segunda quinzena de fevereiro ficou para discutir o Regimento Interno e o Decreto. Só para localizar.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Não tendo mais assunto em pauta, só queria complementar as informações a respeito das Conferências que estão acontecendo. Amanhã teremos Ponta Grossa e Ivaiporã. Pela primeira vez nós definimos os locais considerando a bacia hidrográfica como ponto de unidade de gestão nesse Encontro. Então estamos à procura de eventos que possam trazer um certo conteúdo, um certo

conceito dentro do plano do novo clima que é a floresta como elemento principal de seqüestro do CO-2. Nas Conferências no Estado é 20%; sociedade é 50% e o setor produtivo é 30%. Portanto é um espaço que possibilita as representações da sociedade em trazer suas demandas internalizar; internalizar suas demandas e defender as suas demandas porque o Governo, através desse constrangimento, se mova nesse sentido.

Temos dificuldade de colocar a Conferência para Meio Ambiente como o SUS coloca para a política da saúde. Não é uma dificuldade do Paraná, é uma dificuldade do Brasil. Achávamos que nesse processo estávamos muito atrasados em relação aos demais, depois quando iniciamos o trabalho das Conferências, verificamos que estamos muito à frente dos Estados brasileiros em relação a isso e isso nos preocupa. Porque o nosso modelo não pode ser considerado como bom modelo. Estamos distantes de atingir esse bom modelo, mas ainda está se revelando como algo diferenciado em relação aos demais estados, exatamente por atender essa descentralização da discussão. Infelizmente não contamos diretamente, presencialmente com o apoio tanto do setor da indústria quanto da agricultura, que seria importante para fazer este debate, mas estamos encontrando apoio regionalmente com a participação de diversos setores, mas deste setor, nas conferências até porque esta é uma deliberação nacional, da CNA e CNI, de não participar das Conferências Nacionais. Então tenho certeza que se isso fosse aberto para discutir aqui no Paraná nós não teríamos a ausência desses setores, até porque se o Estado é pujante e dessa pujança é o agro-negócio, e em razão desta pujança também há a pujança dos problemas que só se resolve junto, não afastado da discussão, do diálogo e nem de encontrar soluções para resolvermos.

O Sr. Roberto Gava (Fiep):- Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Recebi junto com o material uma cópia do Diário Oficial em que traz reproduzida a Resolução 369 do Conama. Pergunto: “Qual foi a intenção de mandar junto pelo que agradeço a Resolução 369, mas não entendi por quê?”

O Sr. Rasca Rodrigues:- É que em relação à discussão do Capanema a questão da APP também teríamos que dar uma olhadinha se isso estava dentro desse aproveitamento de baixo impacto, que a própria lei prevê dentro da Área de Preservação Permanente. Conselheiro Jorge.

O Sr. Jorge Augusto C. Afonso (Faculdades Integradas Espíritas):- Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, é uma rápida observação. É evidente que questão de custo é um comportamento ambiental pró-ativo ao invés de reativo. São nas pequenas atitudes que começamos a formalizar algumas diferenças. Por exemplo, existe uma legislação municipal, de autoria do Vereador Paulino (?), e outra legislação estadual, de autoria do Deputado Orlando Pessuti na época, que preconiza essas duas legislações que todo o material reciclado deve ter um pictograma. Pictograma é o nome que se dá pela globalização para ícone, dizendo que isso é reciclável. Estamos conseguindo hoje um

material que a embalagem está em desacordo. Então é importante que comecemos a observar isso, uma forma mais evidente. Só para registrar.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Está registrado e gostaria que o Conselheiro esclarecesse o que está em desacordo.

O Sr. Jorge Augusto:- A legislação pede que tenha o ícone informando que tem que ser reciclado. Antigamente chamava pictograma, hoje é ícone.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Quais as conseqüências dessa embalagem?

O Sr. Jorge Augusto C. Afonso (Faculdades Integradas Espíritas):- As conseqüências previstas na legislação de forma específica, seria mais um caráter educativo.

O Sr. Rasca Rodrigues:- Gostaria que o Conselheiro encaminhasse a respeito.

Não tendo mais nada a tratar, agradeço imensamente a presença de vocês, esperando recebe-los no dia 18 de dezembro, para que encerremos o ano com essas discussões. Ficou agendado, portanto, a discussão do BHC como prioridade e também a discussão do regimento na segunda quinzena de fevereiro e até lá se tivermos uma posição do Governo diferente do que foi colocado para tratar do assunto da alteração da composição do Conselho que no meu entender é pertinente, é necessário, para que haja possibilidade de trazermos mais gente neste processo e principalmente de discussão para levantar aqui uma agenda que seja de todo o Estado, de todo o setor e que crie a possibilidade democrática e ampla de se discutir. Bom retorno a todos, boa-tarde e obrigado pela presença.